

DO CONTEXTO DA CRISE AMBIENTAL À TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS ETAPAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA AO LONGO DO TEMPO

Ricélia Maria Marinho Sales

Profª Assistente II da Unidade de Ciências e Tecnologia Ambiental - UFCG/Pombal - PB

E-mail: ricelia_marinho@ccta.ufcg.edu.br

Luís Gustavo de Lima Sales

Prof. Assistente da Unidade de Ciências e Tecnologia Ambiental- UFCG/Pombal - PB

E-mail: lglsales@ccta.ufcg.edu.br

Resumo: A partir da década de 1960 os problemas ambientais ganham importância na agenda política mundial. As grandes transformações pelo que o mundo passou geraram crises ambientais, culminando com a época das finalizações: fim do mundo, fim da primeira natureza, fim do século, fim da ciência. Diante desta crise o tema Meio Ambiente ganha destaque, porém as questões mais empíricas sobressaem sobre as teóricas. Este *paper* visa iniciar uma discussão teórica à respeito das etapas da relação sociedade/natureza, dando destaque para o conceito de território, bem como, o de territorialidade.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Território; Sociedade-Natureza

MEDIO AMBIENTE EL CONTEXTO DE LA CRISIS A LA TRANSFORMACIÓN DE LA TIERRA: LOS PASOS DE LA EMPRESA RELACIÓN /NATURALEZA AO LARGO DEL TIEMPO

Resumen: Desde la década de 1960 las cuestiones ambientales están ganando importancia en la agenda política mundial. Los grandes cambios por los que ha llevado al mundo a la crisis del medio ambiente, que culminó con la temporada de los finales: el fin del mundo, al final de la primera naturaleza, fin de siglo, fin de la ciencia. Frente a esta crisis se pone de relieve el tema del medio ambiente, pero surgen preguntas empíricas acerca de la teoría. Este trabajo tiene como objetivo iniciar un debate teórico sobre las etapas de la relación entre la sociedad y la naturaleza, destacando el concepto de territorio, así como el de territorialidad.

Palabras clave: Crisis ambiental; Territorio; Sociedad de la Naturaleza

ENVIRONMENTAL CONTEXT OF THE CRISIS THE PROCESSING OF THE LAND: THE STEPS OF THE RELATIONSHIP COMPANY / TYPE OVER TIME

Summary: From the 1960's environmental issues are gaining importance in the global political agenda. The great changes by which the world has led to environmental crises, culminating with the season of endings: the end of the world, end of first nature, end of century, end of science. Faced with this crisis the Environment theme is emphasized, but more empirical questions emerge about the theory. This paper aims to initiate a theoretical discussion about the stages of the relationship between society and nature, highlighting the concept of territory, as well as the territoriality.

Keywords: Environmental Crisis; Territory; Nature Society

INTRODUÇÃO

O contexto da crise ambiental

Ao longo do século XX, as interações entre o vertiginoso progresso técnico-científico e o explosivo crescimento demográfico das cidades fez com que a relação entre o homem e a natureza chamasse, de forma

decisiva, a atenção para o uso sustentável dos recursos naturais e para o estabelecimento de formas não destrutivas ao meio ambiente.

Coloca-se na ordem do dia o problema da sustentabilidade do desenvolvimento que deve, ao mesmo tempo propiciar melhores condições de vida à população presente, sem esquecer as gerações futuras.

Atualmente, as pesquisas sobre a questão

ambiental encontram-se em franca evolução. Nas últimas décadas, a discussão sobre o meio ambiente tem se tornado parte constitutiva da agenda política mundial, pela importância vital que os ecossistemas desempenham na esfera da produção e reprodução do modelo de desenvolvimento dominante. Contudo, apesar da questão ambiental encontrar-se neste patamar, o tratamento a ela dado resente-se de uma melhor fundamentação conceitual e de bases filosóficas mais sólidas, já que esta discussão é bastante recente, principalmente nas Ciências Sociais. Isto requer uma ampliação das pesquisas nesta área, de forma a possibilitar não só a superação de um patamar meramente técnico de intervenção sobre a questão ambiental, como uma avaliação mais rica e mais crítica das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Que as relações entre a sociedade e a natureza foram modificadas ao longo do tempo não temos nenhuma dúvida, porém, a grande questão dos intelectuais contemporâneos, no final do século XX e início deste, é se a humanidade estaria ou não ingressando em uma nova ordem social, econômica, política, cultural e ambiental.

Os acontecimentos da história recente têm provocado uma discussão entre intelectuais das mais diversas áreas, que leva de um lado a uma percepção de finalizações, tais como: o fim do século, o fim da modernidade, o fim da razão, o fim da natureza, etc. e; de outro a uma transição na qual o período moderno estaria atravessando uma fase de autoconfrontação, alimentando assim alguns debates que ressaltaram as transformações ocorridas nas instituições, dentre os quais: o deslocamento de um sistema baseado na manufatura de bens materiais, para outro, relacionado mais diretamente com a informação.

Giddens (1991, p.11) seria um desses intelectuais, segundo este autor,

Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as Ciências Sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para a transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a 'sociedade de informação' ou a 'sociedade de consumo'), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedentes, está chegando a um encerramento ('pós-modernidade', 'pós-modernismo', 'sociedade pós-industrial', e assim por diante).

Mas Giddens propõe que, ao invés de enxergarmos o período de finitude, devemos olhar para a natureza da própria modernidade, uma vez que esta tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelos Cientistas Sociais.

Nas últimas décadas do século XX, as discussões sobre o meio ambiente começaram a se constituir. Formações de grupos de estudos e importantes encontros foram realizados em todo o mundo, a exemplo podemos citar a formação do *Clube de Roma*.

Em 1972, um grupo de pesquisadores, coordenado por Dennis L. Meadows, denominado de *O Clube de Roma*, publicou um estudo intitulado "*Limites do crescimento*". Neste mesmo ano, ocorreu a conferência sobre o Ambiente Humano em Estocolmo. Tanto o *Clube de Roma* quanto a conferência de Estocolmo aconteceram em decorrência de debates sobre a questão ambiental, mais especificamente sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, paulatinamente, começaram nos anos 60 do século XX e que, posteriormente, no início da década de 1970, ganhou mais consistência, culminando assim na Conferência (BRÜSEKE, 1994).

Já em 1973, o canadense Maurice Strong utilizou pela primeira vez o conceito de Ecodesenvolvimento, dando assim um caráter alternativo de políticas de desenvolvimento para o meio ambiente. Segundo Brüseke (op. Cit.), quem formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento foi Ignacy Sachs, indicando seis aspectos básicos que deveriam nortear esta nova alternativa para o meio ambiente, sendo elas:

- a) satisfação das necessidades básicas;
- b) solidariedade com as gerações futuras;
- c) participação da população envolvida;
- d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito às outras culturas e
- f) programas de educação. Podemos notar que essas idéias do ecodesenvolvimento foram os precursores dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (BRÜSEKE, 1994, p. 30).

Em seguida, ainda vieram a Declaração de Cocoyok, resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), em 1974; o Relatório da Fundação Dag-Hammarkjöld, em 1975, que aprofundou as posições da Declaração de Cocoyok; o Relatório Brundtland e; por fim, a UNCED no Rio, em 1992, conhecida como a Rio Eco-92 (BRÜSEKE, op. cit).

Desta forma, podemos notar que, para chegarmos ao estágio atual, a questão ambiental vem sendo debatida desde o início da década de 1960. Vale ressaltar que a importância da discussão sobre a questão ambiental deu-se em função da importância vital que os ecossistemas desempenharam e ainda desempenham na esfera da produção e reprodução do modelo de

desenvolvimento dominante¹.

As transformações pelos quais passam o mundo são vivenciadas por nós de forma quase simultânea. Em busca de entender estas transformações, algumas designações são utilizadas, nas quais ressaltam-se:

Modernidade tardia, pós-modernidade, segunda modernidade, modernização reflexiva, sociedade global, globalização cultural, glocalização, sociedade do conhecimento e da informação, etc. Mas, observa-se que na base de todas elas está o reconhecimento de que a incerteza, o paradoxo e o risco marcam o futuro das nossas sociedades. (HESPANHA, 2002, p. 163 e 164).

O século XIX é referido, por vezes, como “*a era da modernidade triunfante no qual a crença na razão, na tecnologia, na ciência, com um Estado eficiente e um capitalismo produtivo, salvaguardando o progresso permanente e a expansão ilimitada da humanidade, reina*” (SZTOMPKA, 1998, p. 145). Vale salientar que a base desta “*modernidade triunfante*” teve origem com os filósofos Iluministas que observavam um preceito simples, mas obviamente muito poderoso: “*quanto mais formos capazes de compreender racionalmente o mundo, e a nós mesmos, mais poderemos moldar a história para nossos próprios propósitos*” (GIDDENS, 2003, p. 13 e 14). Desta forma, quanto maior fosse o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, cada vez mais iríamos ter um mundo estável e ordenado. Seria a superposição triunfante do homem frente às forças naturais.

A partir de meados do século XX, questiona-se a respeito desse desenvolvimento viabilizado pelo projeto de modernização industrial e/ou capitalista que, como modelo global de evolução da sociedade, cumpriu apenas parcialmente os seus intentos. Na verdade, em vez de estarmos cada vez mais comandando a natureza e a sociedade, como previam os iluministas, estamos observando um “*mundo em descontrole*”². Como consequência desse resultado, a racionalização da modernização é colocada em xeque.

Refletindo sobre o debate secular da função da razão na modernidade, Giddens coloca que:

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à

tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas Guerras Mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século (século XX) poderia esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada (GIDDENS, 1997, p. 109 - grifo nosso).

Essa constatação da crise da racionalidade na sociedade moderna levou o conceito de desenvolvimento econômico a uma nova fundamentação das relações entre a sociedade e a natureza. O conceito de progresso fortalece o conceito de crise, expressando-se através das consequências não-intencionais provocadas pela relação sociedade-natureza.

A expressão das consequências não-intencionais do progresso, que adequava os meios do presente para atingir a “felicidade” prometida no futuro - não importando as consequências para alcançar esse objetivo, começa a se manifestar através das reações da sociedade, que se intensificam a partir da década de 1970, quando a crise ambiental e social amplia-se, dando vazão à perda de confiança nas dimensões institucionais que estão encarregadas de promoverem o desenvolvimento econômico da modernidade (GIDDENS, 1991; BRITO & RIBEIRO, 2003).

Com a crise ambiental e social, desponta a preocupação ambiental, ganhando ímpeto na consciência do mundo contemporâneo. Como exemplo podemos citar o papel da ciência e da tecnologia na produção de conceitos, usos e gestão do meio ambiente e na dimensão política do problema. Assim como Giddens, muitos outros, entre eles, Becker e Gomes (1993), também afirmaram que a razão e, conseqüentemente, a ciência estão em crise.

A ciência está em crise. Os grandes sistemas ideológicos que alimentaram o posicionamento desta e de outras questões estão mortos e os paradigmas que guiaram a reflexão e orientaram o debate, durante mais de dois séculos, estão sob suspeita” (BECKER E GOMES, 1993, p. 149).

É necessário que se faça uma ressalva neste ponto da discussão. Neste momento de crise e desconfiança na ciência, o dever das Ciências Sociais é questionar, em seu âmbito, qual o seu arsenal teórico-metodológico disponível para contribuir no debate da relação sociedade-natureza, que se encontra em pauta de forma relevante neste início de século.

Becker e Gomes (1993) chamam-nos a atenção para o perigo em excluir e condenar a ciência e a razão, pois isto “*pode significar a volta dos mitos e das crenças vistas como Leis Naturais*”. Desta forma, estamos certos de que a ciência é ainda o local de debates e reflexões. Nesta medida, concordamos com

¹ Como bem frisou Silva, Alberto Texeira da **Porque a questão ambiental é emblemática na governança global**. Ambiente global, acessado em março de 2004.

² Termo utilizado por Anthony Giddens, em 2003, e que tornou-se título de livro recentemente publicado: “O mundo em descontrole”.

Revisão de Literatura

esses autores quando dizem que: “a crise da ciência e a falta de um paradigma geral e absoluto significa, talvez, a salutar situação de um campo crítico e aberto às discussões e às grandes transformações que sem dúvida, levarão a novos caminhos” (BECKER E GOMES, 1993, p. 150).

O que podemos observar diante da crise da ciência, da crise da razão, do desmantelamento do projeto de modernização, apoiado no conceito de desenvolvimento econômico que surgiu com o capitalismo e se consolidou no século XX, foi a emergência das lutas dos movimentos sociais – negros, mulheres, homossexuais, urbanos, ecológicos, etc, em busca de autonomia, construindo projetos alternativos para a sociedade, procurando unir o desejo e ação na construção de uma nova realidade.

Cada um destes movimentos trabalha com especificidades de contradições sociais inerentes aos seus desejos e necessidades no interior de dada sociedade. Assim, o movimento ecológico/ambientalista procurou integrar os problemas cotidianos com questões macro e ampliou a crítica à concepção do desenvolvimento presente no padrão de acumulação implantado internacionalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (COELHO, 1993, p. 22).

Já falamos anteriormente que o desenvolvimento viabilizado pelo projeto de modernização industrial e/ou capitalista cumpriu apenas com parte de seus intentos. Porém, desde a “descoberta” da “crise ambiental”, provocada pelo modelo de desenvolvimento industrial/capitalista de produzir, um conceito novo surge como alternativa para a mudança na sociedade atual: é o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Porém, pensar num processo alternativo de desenvolvimento que atenda de fato uma ordem social justa, que tenha no direito a vida e no reconhecimento dos direitos sociais seu compromisso fundamental, não é uma tarefa das mais simples.

Para Coelho (1993), um projeto alternativo deste porte deve considerar tanto as ações do poder político municipal quanto da sociedade local e aí englobando empresários e comunidade civil organizada. Segundo este autor,

Estas ações não se reduzem a apenas uma dimensão técnico-administrativa, mas sim amplia-se para o conjunto da sociedade de dada localidade com o intuito de alterar qualitativamente as funções de reprodução e legitimação local, contribuindo para a transformação da cultura política tradicional (COELHO, 1993, p. 26).

Acreditamos que, quando se territorializa, emergem elementos de ordem social, econômica,

política e ambiental, que nos ajuda a visualizar as especificidades locais e, através destes subsídios, podemos extrair explicitações que permitem abordar os limiares da relação sociedade/natureza, estabelecendo assim os elos causais. Além disso, é possível identificar os elos mais frágeis, que são justamente aqueles que são mais atingidos diante das consequências dos problemas originados a partir dessa relação, que podemos dividir em três períodos.

Os períodos da relação sociedade/natureza: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional

A história do homem é a própria história de uma ruptura progressiva que envolve o homem e seu entorno, em decorrência de suas técnicas e da imposição da tecnologia sobre o meio ambiente. Visto por este ângulo, a principal forma de relação entre o homem e a natureza é dada pela técnica. Mas o que seria essa técnica? Segundo Santos (2004, p. 29), “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

No primeiro período, o homem retirava da natureza apenas aquilo que era necessário para a sua sobrevivência, alimento, abrigo, etc. Na verdade, “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício de sua vida” (SANTOS, 2004, p. 235). Era uma relação pacífica sem muitas consequências para o ambiente.

Esse período também era caracterizado por um uso e uma ocupação de uma determinada área restrita à localidade. “O papel do intercâmbio nas determinações sociais não interferia na criação das técnicas, nos limites de utilização, nem nos tempos sociais, já que a própria sociedade local comandava todas essas determinações” (Santos, 2004, p. 236). Sendo assim, não sofria grandes interferências de fora. A relação sociedade/natureza era marcada apenas pela utilização dos recursos naturais para atenderem às necessidades básicas de cada comunidade. A “técnica utilizada” não era agressiva à natureza, um dos exemplos era o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, denominados por Santos (op. cit.) de “sistemas técnicos sem objetos técnicos”.

Porém, com o passar do tempo, essa relação, que era amistosa, passa a sofrer algumas transformações, as culturas tradicionais foram sendo substituídas pela cultura tecnológica, passando a imperar uma nova ordem econômica, onde se inicia timidamente uma ação mediada por objetos técnicos rudimentares. O que era um desejo latente de sobreposição dos caprichos da natureza pela vontade humana, começa a se corporificar. Criam-se condições para a instauração de um período técnico, cuja característica são as inserções de um espaço que se mecaniza e uma sobreposição do tempo do homem sobre o tempo da natureza. Como bem argumentou Santos (2004, p. 237), “utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar

Revisão de Literatura

um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se sobrepor e contrapor aos tempos naturais".

Na verdade, tempo e espaço são realidades históricas e, nosso ponto de partida, em qualquer momento, para entender essas realidades históricas, deve ser a sociedade humana em processo, realizando-se sobre uma base material: "*o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições*" (SANTOS, 2004, p. 54).

Mais uma vez, a técnica tem um papel fundamental, agora para compreender o tempo e o espaço. Ela entra aqui como um traço de união, de um lado, nos dá a possibilidade de empirização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Desta forma, "*é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo*" (SANTOS, 2004, p. 54).

Além do mais, não acaba aqui a importância das técnicas. Segundo Santos,

As técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. (...) A técnica é, pois, um dado constitutivo do espaço e do tempo operacionais e do espaço e do tempo percebido. Ela poderia, assim, ser essa busca da referência comum, esse elemento unitário, capaz de assegurar a "equivalência" do tempo-espaço" (SANTOS, 2004, p. 55).

Equivalência esta que podemos perceber através das profundas transformações impostas pelo homem ao seu entorno, criando assim uma segunda natureza. Em decorrência disso, a natureza não é mais natural, pois a partir de sua instrumentalização, o meio natural passa a ser um processo social. A antiga idéia de natureza pura vem sendo cada vez mais substituída pela idéia da natureza artificial, na qual a ordem racional rompe definitivamente com nosso antigo laço de "amizade" com o meio natural. É a emergência do espaço mecanizado que, na visão dos ecologistas, deveu-se principalmente aos homens que lutavam permanentemente com a natureza.

No começo da história do homem, o espaço é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai acontecendo, esse espaço, que era apenas complexos naturais, vai sendo substituído pelas obras dos homens, são: estradas, plantações, pontes, casas depósitos, portos, fábricas, cidades, etc. Nota-se que com o passar do tempo, cria-se um espaço que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da "natureza natural",

substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2004, p. 62).

Um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquínico durante dois ou três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004, p. 41).

No terceiro e último período, denominado de meio técnico-científico-informacional, origina-se para alguns países após a Segunda Grande Guerra, porém, para outros, como foi o caso dos países ditos de Terceiro Mundo, apenas na década de 70 do século XX, viu-se essa transformação de um período técnico para um técnico-científico-informacional.

Essa fase distingue-se das demais devido à profunda interação entre a ciência e a técnica. Aqui,

A natureza deixou de ser uma parte significativa do nosso meio ambiente. A idéia de um meio artificial faz-se uma evidência. A técnica, produzindo um espaço cada vez mais denso, transforma-se no meio de existência de boa parte da humanidade (ROSTENSTRICH, 1985, p.71 In: SANTOS, 2004, p. 239).

Além do mais, a informação torna-se o principal meio do processo social e os territórios são equipados para facilitar justamente a circulação das informações. Porém, salientamos que a requalificação do território, enquanto facilitador da circulação de informações, atende, sobretudo, aos interesses de uma pequena parcela da população, ou seja, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais.

Neste diálogo entre a sociedade e o território, estão inseridos os objetos naturais e artificiais, as cristalizações presentes no espaço e suas rugosidades, tudo isso sendo movimentado pela própria sociedade que é quem dá vida e anima as formas.

Nota-se que dentro da periodização da relação sociedade/natureza, as culturas tradicionais foram sendo substituídas pela cultura tecnológica, passando a imperar uma nova ordem econômica e é sob esta ótica, que a natureza tem sido apreendida e transformada.

Ao se focar a natureza no início desse milênio, o quadro, que se apresenta para nós, traduz-se pela atuação de uma civilização predatória, impulsionada pelas forças do capitalismo que tem agredido, com maior ou menor intensidade, todas as partes do planeta. Porém, como consequência dessa agressão, temos o surgimento, ainda embrionário, de uma nova consciência, que está cada vez mais presente a nível planetário, de que os recursos da natureza são finitos e se eles acabarem, quem irá se prejudicar é a própria sociedade.

Transformação do Território

Após discutirmos as etapas da transformação do meio natural para um meio técnico-científico-informacional, ou seja, de um espaço natural para um espaço geográfico, partiremos para a apreensão desse espaço produzido pelos homens. O importante neste processo de construção de um conceito é acompanharmos o processo de pensamento de um autor e as etapas consecutivas do aperfeiçoamento de sua construção intelectual em relação ao espaço geográfico, ocorrido em Milton Santos.

Num primeiro momento, o autor trabalhou com uma noção de espaço como um conjunto de fixos e fluxos, no qual os elementos fixos são elementos fixados em cada lugar, originários ou da natureza – elementos naturais – ou pelos homens e elementos artificiais. Já os fluxos “*são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam*” (SANTOS, 2004, p. 62). Desta forma, fixos e fluxos juntos, interagindo um com ou outro, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como objeto possível para a Geografia (SANTOS, 2004).

Santos aborda uma outra possibilidade de se trabalhar com o espaço geográfico, seria através da Configuração Territorial e Relações Sociais. Segundo Santos, “*a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais de um dado território e pelos acréscimos que os homens ‘superimpuseram’ a esses sistemas naturais*” (Santos, 2004, p.62). Porém, a Configuração Territorial não é o espaço, já que sua realidade vem da sua materialidade, enquanto que o espaço, “*reúne a materialidade e a vida que a anima*” (SANTOS, 2004, p.62).

Desta forma, a Configuração Territorial tem a sua própria materialidade composta por sistemas naturais e artificiais, mas não tem vida própria, a sua existência somente é dada pelas Relações Sociais. E, assim, o par Configuração Territorial/Relações Sociais seria uma outra forma de apreender o espaço geográfico.

A terceira etapa de sua construção social é a percepção do espaço através dos Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações. Santos afirma que para se discutir o espaço é preciso, como ponto de partida, defini-lo como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” (SANTOS, 2004, p.62).

A possibilidade que se buscou trabalhar nesta pesquisa foi aquela ligada ao par Configuração Territorial/Relações Sociais, já que a nossa proposta foi a de uma abordagem territorializada, considerando as práticas sociais e as formas de relação da sociedade com a natureza.

O conceito de território tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais. Nas ciências naturais, o seu conceito foi formulado pela

primeira vez, ainda no século XVII, a partir de estudos da Botânica e da Zoologia. O território tinha como significado uma área de dominação de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Já nas ciências sociais, a primeira preocupação com o território de forma sistematizada partiu do geógrafo Friedrich Ratzel³, no século XIX. Ratzel comparou o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a declinar. Esta visão colocou no centro de suas análises a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. “*O território era, então, um dos elementos principais na formação do Estado de modo que, na concepção de Ratzel, o Estado não existiria sem o território*” (GOMES, 1984, p. 20). Além disso, o território significava não só as condições de trabalho, mas a própria condição de existência de uma sociedade, definindo-se pela propriedade, isto é, uma área dominada por alguém ou pelo Estado (Ibid., p. 20).

Uma definição consensual, à primeira vista, parece tarefa quase impossível, dada à heterogeneidade de concepções. Podemos perceber diversos conceitos para a sua utilização: território político, território simbólico, território psicológico, dentre outros. Porém, muitos sequer explicitam qual a noção de território estão trabalhando, cabendo a nós leitores, deduzi-lo.

Na atualidade, diante das constantes mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que vêm ocorrendo mundialmente, as questões inerentes ao território emergem com bastante vigor, convocando esforços de diversos estudiosos das mais variadas áreas para uma melhor apreensão das mesmas. Desta forma, a noção de território hoje ultrapassa os limites do campo da Geografia, sendo concebida e utilizada pela Sociologia, pela Ciência Política, Ciência Econômica, Antropologia e, de forma menos intensa, pela Psicologia. Além dessas diferentes noções do território denotar não somente sua complexidade, mas também sua riqueza para o campo das relações sociais que se estabelecem em um dado local, essa enorme amplitude do conceito também nos chama a atenção para um problema que, nós da ciência, deveríamos tentar resolver, a precariedade do diálogo interdisciplinar.

Segundo Costa (2004), cada área do conhecimento tem um enfoque de território centrada em uma determinada perspectiva.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (inclusive a dimensão da interação sociedade/natureza) (...); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de

³ Representou papel fundamental no processo de sistematização da Geografia Moderna, onde constituiu uma ciência denominada de antropogeografia, voltada para os estudos da articulação entre as condições naturais e a história dos povos.

Revisão de Literatura

território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mais também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo. (COSTA, 2004, p.37 – grifo nosso).

Ainda Costa, propõe que o diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento já citadas seja levado adiante e, para isso acontecer, inicia o diálogo tentando sintetizar as várias noções de território agrupando-as em quatro vertentes básicas, são elas: a) política ou jurídica-política, na qual comenta que é a mais defendida, onde o território é visto como “*um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder na maioria das vezes (...) relacionado ao poder político de Estado*” (COSTA, 2004, p.40); b) cultural ou simbólico-cultural, na qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva e o território é visto como o “*produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido*”. (Ibid., p. 40); c) econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto apenas como fonte de recursos e/ou incorporado no “*embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho*” (Ibid., p. 40); d) por fim, a última vertente seria a natural, na qual a noção de território teria como base a relação sociedade-natureza.

Embora o autor reconheça a importância de diferenciar as dimensões com que usualmente o território é focalizado, admite que seria importante inseri-las num conjunto de perspectivas teóricas, na qual denominou de binômio materialismo-idealismo e binômio espaço-tempo.

O primeiro binômio, o materialismo-idealismo, possui duas perspectivas, uma denominada “visão parcial do território”, que explora apenas uma das dimensões vistas (político, cultural, econômico ou natural); e a outra perspectiva seria a “visão integradora do território”, que aborda as problemáticas em mais de uma ou em todas as dimensões citadas acima.

Quanto ao segundo binômio, o espaço-tempo também teria duas perspectivas. A primeira seria o seu caráter mais absoluto ou relacional, no sentido de “*incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidades físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórico (como relação)*” (COSTA, 2004, p.41). Quanto à segunda perspectiva, corresponde a sua historicidade e geograficidade, ou seja, corresponde a

um “*componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)*” (COSTA, 2004, p.41).

Seguindo por estas divisões sugeridas por Costa, no nosso caso, ficaria evidente que defenderíamos uma noção de território que estivesse ligada à quarta vertente, o natural, o da relação sociedade-natureza, que aparecesse contextualizada historicamente. Porém, concordamos com o autor quando ele menciona que:

No entanto, devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos, por exemplo, os que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações (COSTA, 2004, p. 42).

Fica evidente, neste ponto da discussão, a necessidade de uma visão de território como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, híbrido entre política, economia e cultura, híbrido entre o binômio materialista-idealista e espaço-tempo, já que acreditamos que todas essas abordagens encontram-se combinadas dentro de um determinado território. O que apenas vai diferenciar é a escala. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local. Para outros, interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a proposta é de se trabalhar com o território híbrido, construído a partir das relações entre a sociedade e natureza e entre o território e as pessoas que dele se utilizam. Como podemos ver, essa relação entre território-natureza-sociedade é inseparável e nos permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de uma determinada localidade.

Dinâmica essa representada pela intervenção realizada pelos homens no território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação que se passa no dia a dia. Neste sentido, utiliza-se também o termo *territorialidade*, como uma maneira ímpar de se apropriar, fazer usos da terra, do território, que se faz

pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em cada localidade (KOGA, 2003, p.38).

Sendo assim, a compreensão dos caminhos que se constroem em determinados locais pode nos revelar um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade. São sutilezas, nuanças que os dados não costumam revelar. A trama da relação sociedade/natureza também passa por este caminho, onde a organização interna de dado território tem seu significado para as populações que ali residem e relacionam-se.

Porém, este mesmo território, que nos revela dinâmicas próprias da relação sociedade/natureza em cada localidade, também se expande para além dos limites geográficos, segundo Koga (2003, p. 55),

A dimensão territorial ganha concretude justamente pelo seu aspecto intrinsecamente relacional, em decorrência não somente das relações sociais estabelecidas no lugar cotidiano, como também pela possibilidade de seu alcance com outras dimensões (...). Pois a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida do lugar remetem diretamente a relação entre populações e lugares, entre pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida.

É a partir das próprias condições de vida de um lugar que este estudo se desenvolve, ou seja, a partir do pressuposto de que o território é o local concreto da realidade da vida coletiva e é nesse território que as relações entre uma dada sociedade e a natureza se expressam e as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos.

É neste momento da configuração de um território que as condições e a qualidade de vida dos moradores de uma cidade desvendam-se através de formas e práticas diferenciadas, nas quais os fatores contribuintes, tais como, a presença ou ausência dos serviços públicos, funcionam como parâmetros reveladores das desigualdades sócio-espaciais.

Por isso que nosso estudo pautou-se na análise de dez aglomerados, todos localizados em áreas de mangue, no qual a ausência de serviços revela as desigualdades sócio-espaciais.

Referências Bibliográficas:

BECKER, Bertha & GOMES, Paulo C. da Costa. Meio Ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, Paulo F. & MAIMON, Dália (orgs). **As ciências Sociais e a Questão Ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro e Belém – PA: APED e UFPA, 1993.

BRITO, Daniel Chaves de & RIBEIRO, Tânia Guimaraes. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social**. Revista Ambiente & Sociedade – Vol. V – nº 2 – ago./dez. 2002 – Vol. VI – nº 1 Jan./Jul. 2003. pp. 147 – 164.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: SUDENE, 1994.

COELHO, Franklin Dias. Desenvolvimento Sustentável e a reforma urbana. In: GRAZIA DE GRAZIA (org.). **Direito à cidade e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico**. Revista Sociedade e Território – vol. 1, nº 1 (Jan/Jun. 1984). Natal: UFRN/CCHLA/DGE, 1984

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004 (coleção Milton Santos).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SZTOMPKA, Piretr. Modernidade e além da modernidade. In: SZTOMPKA, Piretr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.